

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
RIO GRANDE DO SUL
Campus Feliz**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

MARIA DA GRAÇA RODRIGUES RIBEIRO

INCLUSÃO, UMA REALIDADE EDUCACIONAL

**Feliz – RS
2017**

MARIA DA GRAÇA RODRIGUES RIBEIRO

INCLUSÃO, UMA REALIDADE EDUCACIONAL

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Feliz, como parte das exigências para conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar.

Orientador: Matheus Milani

**Feliz – RS
2017**

MARIA DA GRAÇA RODRIGUES RIBEIRO

INCLUSÃO, UMA REALIDADE EDUCACIONAL

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Feliz, como parte das exigências para conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Matheus Milani

Banca Avaliadora: Prof. Júlio Oliveira

Banca Avaliadora: Prof. Luis Carlos Cavalheiro da Silva

RESUMO

Este trabalho busca conhecer o caminho trilhado entre a exclusão, a inclusão escolar e social na escola regular, nos permitindo inúmeras reflexões em torno dos aspectos pedagógicos, administrativos, políticos e filosóficos. Destaca que educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da nossa sociedade, porém deve ser renovada continuamente através da reconstrução dos processos pedagógicos. Analisa através da pesquisa bibliográfica a legislação e teorias pedagógicas. Percebe que a interação com a comunidade escolar possibilita a contribuição coletiva e novos saberes, desencadeando uma atuação concreta e dinâmica.

Conclui que o nosso grande desafio é poder oferecer aos alunos uma escola de qualidade, que alcance a todos, sem distinção. Construir um espaço dinâmico de aprendizagem, significa, conduzir as crianças à cidadania de fato. Incluir não é uma tarefa fácil, mas extremamente importante, necessária e desafiadora. Devemos estar todos bem preparados para atender a demanda da comunidade onde estamos inseridos. Esta tarefa exige esforços, investimento, profissionais capacitados para que esta ideia transponha a teoria.

Palavras-chave: Escola para todos, Construção da aprendizagem, Educação Inclusiva.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 RETOMADA HISTÓRICA DA INCLUSÃO	7
2.1 INTEGRAÇÃO ESCOLAR	9
3 PRINCÍPIOS E CONSTRUÇÃO DA INCLUSÃO	111
4 ESCOLA: QUE ESPAÇO É ESSE?	133
4.1 CARACTERÍSTICAS E ESTRATÉGIAS DAS ESCOLAS INCLUSIVAS	177
5 SALA DE AULA, EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE HUMANA	20
6 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	22
6.1 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	212
6.1.1 Legislação Brasileira	223
6.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	234
6.3 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	267
7 GESTÃO EDUCACIONAL	28
7.1 GESTORES, OLHAR INOVADOR – INTERFACE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	30
7.2 A GESTÃO COM OLHAR INCLUSIVO – CURRÍCULO E ADAPTAÇÕES CURRICULARES	33
8 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Nunca se falou tanto em superar barreiras, vencer preconceitos e incluir alunos portadores de necessidades especiais quanto agora.

Educar é antes de mais nada organizar as experiências dos indivíduos na vida diária. As ações compreendidas com a finalidade de educar estão diretamente relacionadas às normas vigentes e aos valores compartilhados pelos indivíduos no contexto das sociedades, culturas e tempo histórico.

A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da humanidade. É na escola que nos tornamos mais humanos, onde encontramos espaço favorável para que todos possam contribuir com o trabalho realizado. Cada indivíduo faz parte do contexto como um membro valorizado e todos se apoiam mutuamente como aprendizes ativos. A educação acontece no contato com o outro, as potencialidades e facilidades moldam a extensão e a textura do crescimento individual de cada um.

A palavra inclusão pressupõe mudança de velhas práticas que nos levem a reorganizar a realidade. Essa transformação projeta novas formas de pensar a escola, inspira a troca, confronta diferentes pensamentos, busca novas metodologias interativas, reconhece a diversidade estratégica como forma de novas aprendizagens, constrói o aluno como um todo e respeita a dignidade dos diferentes. Incluir não é missão impossível, mas sim um desafio superável. É uma questão de pensar e querer o novo, de acreditar no potencial de cada um.

Esse trabalho começa com um breve histórico das práticas inclusivas na educação, na parte denominada "Retomada da História da Inclusão". A seguir há uma análise do processo de Integração Escolar, onde são explicitados os conceitos de Educação Especial, Integração, Inclusão, Exclusão e Segregação. A terceira parte desenvolve os princípios da Inclusão. Já a quarta questiona: Escola, Que Espaço é Esse? Nesse questionamento há o estudo das características e estratégias das Escolas Inclusivas, onde dialogamos com alguns teóricos.

Na parte Sala de Aula, Educação e a Diversidade Humana, com base em Paulo Freire (1996), refletimos sobre a importância do planejamento educacional visando a realidade concreta dos alunos.

No capítulo Educação Inclusiva apresentamos a evolução da legislação, destacando documentos que mascaram a ideia de Inclusão, assim como as leis

brasileiras sobre essa temática. Refletimos sobre as Práticas Pedagógicas Inclusivas e o Desenvolvimento Profissional.

Na parte intitulada Gestão Educacional pensou-se as funções dos gestores nos processos inclusivos. Analisamos os currículos e as adaptações necessárias para alcançar os objetivos propostos, pois não adianta ter uma legislação avançada com uma prática educacional retrógrada e excludente.

2 RETOMADA HISTÓRICA DA INCLUSÃO

Em uma rápida retomada histórica chegaremos ao tão falado processo de inclusão escolar, através de fases educacionais distintas. Como as pessoas com deficiência foram tratadas ao longo da nossa História e porque a necessidade de um resgate social?

Na Idade Antiga as pessoas que apresentavam comportamentos diferentes eram imediatamente associadas à incapacidade, ligadas às forças sobrenaturais, fazendo com que os deficientes fossem considerados uma degeneração da raça humana, por vezes, isolados ou exterminados, prática normal da época. A igreja por sua vez, pregava a existência do pecado, do bem e do mal, assumindo práticas exorcistas como processo de “remoldagem” das crianças e demais pessoas portadoras de necessidades especiais.

Sob a influência da doutrina cristã, passou então a haver uma tolerância a essas pessoas e uma aceitação criativa: receberiam alimentação e moradia. As memórias deste período nos trazem relatos de torturas, promiscuidade, crueldade através da inquisição, onde muitas pessoas foram vitimadas por conta das concepções fanáticas, mitológicas e tendenciosas da época.

A educação na Idade Média teve como ponto de partida a teologia cristã que propunha um modelo de educação opositora ao conceito liberal e individualista dos gregos, e da mesma forma, à educação prática e social dos romanos. Tinha por finalidade educar baseada nas Escrituras Sagradas.

Esta época foi marcada pelo desenvolvimento e descobertas nos campos das artes, letras e ciências. A igreja passou a voltar sua atenção para a educação moral de seus próprios membros.

Na Idade Moderna, houve uma maior valorização do ser humano decorrentes do predomínio das filosofias humanistas. Cresceram as investigações, os estudos e as experiências a respeito, atreladas a hereditariedade, aspectos orgânicos, biotipologia, etiologia, características típicas, entre outras.

Nesta fase começaram os protestos de alguns líderes religiosos contra os abusos da autoridade papal, criando-se então divisões da Igreja de Roma através da Reforma Protestante.

O início da Idade Contemporânea foi, marcada por guerras e revoluções. Nesta fase vários educadores começaram a introduzir novas ideias e técnicas para tornar o processo educativo mais eficiente.

As ideias centrais destas mudanças na educação dizem respeito a ter o aluno como o centro e ator na construção do seu próprio aprendizado.

Porém mesmo com toda a mudança nas ideias e propostas, a linha de pensamento da escola tradicional persiste: sala de aula com carteiras enfileiradas, lousa, giz e o professor como detentor e transmissor do conhecimento.

A concepção de atendimento por tipo de deficiência foi se fortalecendo e provocou uma proliferação de instituições especializadas, promovendo, mais uma vez, a exclusão das pessoas com necessidades especiais do convívio com a sociedade. Por volta dos anos 70, um movimento denominado integração surgiu para pôr fim à prática da exclusão a que estas pessoas foram submetidas durante séculos.

“Meu irmão entrou para a escola. Não era uma escola como a minha; parece que lá todos eram um pouco parentes. Todos tinham o mesmo jeito esquisito de andar, de mover os braços e eram poucos que falavam”.
(Portela, 1998, p.8).

Conforme Bautista Jiménez:

“A partir do movimento de escolarização universal, se aplicou a divisão do trabalho à educação, nascendo assim uma pedagogia diferente, baseada nos níveis de capacidade intelectual e diagnosticada em termos de quociente intelectual (1997, p.24).

As ideias sobre a integração das pessoas com de necessidades especiais, surgiram por volta da década de 60, mas apenas ganhando certo destaque, durante a década de 80, mas podemos dizer que a ideia da Educação Inclusiva, iniciou-se em 1948 com a Declaração do Direitos Humanos (ONU, 1948) que pontuava a “igualdade de direitos”.

A partir da década de 90, surge através da Conferência de Jomtien (1990) e da Conferência Mundial de Educação Especial (1994, Salamanca, Espanha), surge a “Declaração de Salamanca” trazendo como base a inclusão escolar, rompendo a

estrutura curricular fechada e com a hegemonia escolar. Esta nova fase reconhece os alunos com necessidades especiais como cidadãos com direitos de igualdade na escola regular.

Mesmo sabendo que o direito à educação é reconhecido através da Declaração dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, em 1948, muitos ainda não usufruem desse direito.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 sancionada em 20 de dezembro de 1996, através do artigo 58 nos diz que:

“[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

A implantação da educação inclusiva no Brasil, anda lentamente, está em fase de reestruturação, necessitando investimentos públicos, aprimoramento dos profissionais ligados à área. Talvez com o tempo se minimize os pontos fracos deste tipo de atendimento escolar.

2.1 INTEGRAÇÃO ESCOLAR

O movimento de integração referia-se à inserção das pessoas com deficiência no contexto educativo, desde que estivessem capacitadas para enfrentar os desafios acadêmicos cobrados. Nessa nova perspectiva, considerava-se que precisava ser tratada e curada para adaptar-se à sociedade e à escola.

Neste sentido a escola não precisava realizar nenhum movimento para receber este aluno, inúmeras vezes permanecia como expectadora das respostas dele, no intuito de criticar e rotular, lembrando sempre que era oriundo de uma classe especial ou de outro serviço de educação especial.

Na lógica da homogeneidade, a escola tradicional procedia de acordo com as ideias de nivelamento e uniformidade, onde nas quais todos os alunos deveriam se adaptar às exigências do sistema, sem qualquer preocupação com aqueles que ficam à margem dos processos de aprendizagem.

A valorização das diferenças, através de uma escola capaz de trabalhar com a diversidade, teve início após a promulgação da Constituição Federal de 1988, mais

efetivamente depois da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996). Desde então o processo inclusivo tem caminhado lentamente e apresenta variantes. Mesmo assim, seus resultados são positivos, tanto para os alunos em geral, quanto para a escola e a sociedade. Neste sentido, podemos citar como exemplo alunos portadores da síndrome de dow, que chegaram as universidades superando barreiras.

Se faz necessário a mudança para uma visão crítica dos valores sociais e a busca por uma educação de qualidade, incluindo e participando, de forma a preparar a comunidade escolar, para a convivência harmoniosa e respeitosa dos sujeitos em construção. Conforme os Referenciais para Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos, do Ministério da Educação, a direção escolar exerce papel fundamental na condução da prática pedagógica, alicerçada nos princípios, objetivos e metas estabelecidos pelo projeto político pedagógico da escola.

“[...]envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola”. (Mittler, 2003, p. 25).

Inclusão escolar significa a transformação para a inserção social das pessoas com necessidades educacionais especiais. Ensinar significa comprometimento com o outro, alicerçada pelas mudanças nas atitudes e nos sistemas de ensino, influenciando toda a sociedade para uma convivência harmoniosa e respeitosa.

3 PRINCÍPIOS E CONSTRUÇÃO DA INCLUSÃO

Conforme Sasaki (2003) escola inclusiva é aquela que pressupõe que todas as crianças podem aprender dentro das suas condições, fazendo parte da vida escolar e social. Onde a diversidade é valorizada e com a firme convicção de que as diferenças vêm fortalecer o ambiente de aprendizado.

A inclusão surge rompendo paradigmas existentes, estruturas curriculares engessadas e com a homogeneia escolar, nos trazendo uma nova visão de educação.

“Há implicitamente uma relatividade cultural que está na base do julgamento que distingue entre deficiente e não deficiente. Essa relatividade obscura, tênue, sutil e confusa procura, de alguma forma, afastar ou excluir os indesejáveis, cuja presença ofende, perturba e ameaça a ordem social”. (FONSECA, 1995, p.7).

O direito à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais requer fundamentação nos seguintes princípios:

- 1) Preservação da dignidade humana;
- 2) Busca da identidade social;
- 3) Exercício da cidadania.

O convívio escolar permite efetivar as relações de respeito, identidade e dignidade. Desta forma, é sensato pensar que as regras que organizam a convivência social de forma justa, respeitosa e solidária têm grandes chances de serem seguidas.

A inclusão escolar constitui em uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, encontrando ainda, sérias resistências,

A política da inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas também representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atentando para suas necessidades.

O respeito e a valorização da diversidade exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos.

Se fazem necessários planejamento e melhorias constantes e contínuas da estrutura e funcionamento dos sistemas de ensino, visando a qualificação dos processos pedagógicos. É necessário que os sistemas de ensino constituam e façam valer um setor responsável pela Educação Especial, dotado de recursos humanos, materiais específicos para este fim e aporte financeiro para viabilizar e dar sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Essa política requer intensificação quantitativa e qualitativa na formação de recursos humanos, garantia dos recursos financeiros e serviços de apoio pedagógico públicos e privados especializados para assegurar o pleno desenvolvimento dos alunos.

Neste processo, a formação do docente especializado e o trabalho em equipe são essenciais para a efetivação da inclusão.

4 ESCOLA: QUE ESPAÇO É ESSE?

A instituição escolar é o lugar onde se ministra o pensar, se ensina as diversas ciências e se multiplica o conhecimento e os saberes provindos de cada integrante da comunidade. Onde se luta diariamente para uma transformação da escola de alguns para escola de muitos. Conforme Penin (2002) a escola representa a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado.

Há cerca de duzentos anos, escola deixou de ser um ambiente somente para elite e passou a atender a outras camadas sociais, que incipientemente iniciaram a inclusão. Isto foi possível através dos movimentos da Revolução Francesa e da Democracia Americana.

Nas últimas décadas, movidas por princípios legais, éticos e humanos, as escolas começaram a tentar atender os alunos com comportamentos ditos “fora do padrão de normalidade”. Até então o padrão estabelecido pelas instituições era do aluno passivo, que cumpria todas as tarefas corretamente, com ordem, capricho, no tempo determinado pelo professor sem fazer qualquer indagação.

Aqueles que apresentavam diferentes comportamentos ou aprendizado insuficiente eram encaminhados para atendimento especializado e, quando permaneciam no sistema regular de ensino, contribuía para índice de reprovação ou evadiam-se das instituições escolares após alguns anos de tentativas fracassadas de aprendizagem.

Hoje a escola, através de seus gestores, professores e funcionários, inicia a busca de um espaço educativo aberto, diversificado, permitindo o desenvolvimento individual e coletivo dos alunos e profissionais envolvidos. Neste sentido a Educação especial vem ampliando seu campo de atuação quando visa trabalhar com todos, analisando, sugerindo, adaptando e compondo a utilização de recursos favoráveis do meio escolar na promoção do desenvolvimento e aprendizagem de todos.

De acordo com Freire (1996) o sujeito se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto relação dialógica em que se confirma com a inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História.

Os profissionais da educação, assim como seus gestores, assumem a convicção de que todos são capazes de aprender e de que a aprendizagem é a interação com o mundo que o cerca. O conhecimento que o aluno vai adquirir depende da riqueza das experiências que lhe forem oferecidas. O maior desafio

para as escolas hoje é a melhoria contínua de atendimento escolar, através de maior participação da comunidade escolar, aumentando assim, os resultados no aproveitamento integral pelos alunos.

Considerando-se que para uma melhoria contínua no atendimento, as escolas vêm promovendo mudanças no que diz respeito aos hábitos, costumes, conhecimentos, valores, habilidades, criatividade e competências, elementos que podem ser potencializados na ação coletiva, vislumbrando a autonomia e a emancipação do sujeito, a partir de uma prática educadora.

“ A ideia de que escola possa aprender tornou-se cada vez mais proeminente nos últimos anos. Está ficando claro que as escolas podem ser recriadas, vitalizadas e renovadas de forma sustentável, não por decreto ou ordem nem por fiscalização, mas pela adoção de uma orientação aprendente. Isso significa envolver todos do sistema em expressar suas aspirações, construir sua consciência e desenvolver suas capacidades juntos”. (Senge,2005, p. 16).

Deve-se levar em conta que há um limite entre a proposta efetivamente coletiva, onde envolve toda a equipe de todos os setores e esferas da escola e uma ação impositiva onde não se considera o tempo, características e peculiaridades de cada indivíduo.

Nesta proposta a educação pode vir a ser um diferencial na formação dos sujeitos preparados não somente para colaborar, mas também capazes de propor ações que desenvolvam as necessidades e realidades em que vivem.

O cotidiano escolar tem uma organização, uma estrutura, um sistema que rege seus conhecimentos. Vida cotidiana esta, que convive com a perplexidade que a caracteriza, vivenciando vontades, preocupações, dificuldades, ambiguidades e conflitos normais a sua estrutura e comunidade atuante. Esse espaço em movimento, além de ser privilegiado pela vivência, pode reproduzir o que outros esperam que aconteça, como também, transformar o que os outros acreditam que não seria possível acontecer.

Mas para que tudo isso aconteça de maneira construtiva se faz necessário uma gestão democrática, envolvendo toda a comunidade escolar, onde cada ator desempenhe seu papel de forma construtiva, lançando mão de práticas e táticas

como a arte de falar, fazer, silenciar, ouvir e agir, de modo a levar os atores envolvidos a pensar e vivenciar suas ações.

Segundo Lück:

“A gestão emerge para superar, dentre vários aspectos, carência: a) de orientação e de liderança clara e competente, exercida a partir dos princípios educacionais democráticos e participativos; b) de referencial teórico-metodológico avançado para a organização e orientação do trabalho em educação; c) de uma perspectiva de superação efetiva das dificuldades cotidianas pela adoção de mecanismos e métodos estratégicos globalizados para a superação dos problemas”. [...] (2013,p. 23-24).

A escola tem por função fundamental ensinar, desta forma o trabalho pedagógico deve buscar o fortalecimento da educação, enquanto prática social. Para tanto, a qualidade de ensino não deve se limitar a atualizar os professores, mas incluir dados ligados à gestão escolar, aos processos de aprendizagem e ao aperfeiçoamento de professores.

A educação atual precisa ser cidadã, desta forma, se constitui em parte integrante do processo de conscientização com vistas a uma participação efetiva na construção de uma sociedade democrática. Para tanto, exige debates, reflexões dialógicas e coletivas, a partir das condições de vida e trabalho dos atores sociais. Sabemos também que é um dos instrumentos que vem possibilitar a difusão de valores, interação de diferentes graus de consciência e visões de mundo. Contribui também para percepção dos fatos e fenômenos sociais e para uma concepção de mundo transformadora.

A ação educativa, com a participação cidadã, requer prática interdisciplinar e integradora tendo em vista uma ação coletiva na transformação da sociedade. Superando a visão fragmentada do conhecimento para uma visão integrada às temáticas socioculturais. Deve ter em vista, desenvolver a capacidade de encontrar alternativas sociais para combater as fragmentações e simplificações, muitas vezes geradas pelo sistema educacional, presentes no pensamento social de modo amplo.

A construção da escola encontra possibilidades através da consciência, da necessidade de discutir as situações desafiadoras do universo escolar, buscando combater o isolamento e o individualismo na busca de soluções. Ouvir alunos, professores, suas representações, levar em conta seus níveis de consciência, atuar

integrado com as diferenças da sociedade, considerar o conhecimento enquanto questão cultural, ética e política, faz com que a nova escola seja uma ferramenta transformadora da vida social.

Inúmeros são os desafios que a escola tem que enfrentar, pois inúmeros são os desafios da nossa sociedade, em ritmo de crescentes mudanças em todos os seus segmentos. Inúmeras transformações incidiram nas Instituições, e nas escolas, ampliando ainda mais os seus desafios na busca de meios para superar as questões de exclusão social, efetivando uma melhor qualidade de ensino.

O contexto atual de educação pede um trabalho inter e transdisciplinar de formação/ ação educativa. Os gestores, supervisores e orientadores educacionais, tem o papel de gerir, estimular e liderar os estudos e as práticas no seu cotidiano.

O espaço pedagógico valoriza a união da escola com seus alunos, professores, gestores e comunidade, organizando-a de acordo com os valores explícitos em seu projeto político pedagógico.

O gestor, assim como os demais profissionais e vice-versa, tem o conhecimento da educação, da escola, dos professores e dos alunos. Possuem especificidades das suas áreas contribuindo na organização e na dinâmica escolar onde atuam, através de relações significativas professor-aluno. Atendendo desta forma, a multiplicidade de ações que ocorrem na escola, cujo foco principal é o aluno.

A construção e organização de uma escola de qualidade implica em um projeto coletivo, que requer ações coordenadas e participação de toda comunidade escolar, além das esferas administrativas federais, estaduais e municipais. Pede um trabalho coletivo de todos os envolvidos com o seu projeto político-pedagógico. A qualidade deve ser buscada por todos os envolvidos e preocupados com a educação, contudo também deve tender aos analfabetos e àqueles que estão fora dos muros da escola. Essa qualidade está nos objetivos, nos conteúdos, nas metodologias, na avaliação, nos professores, nos alunos, na gestão escolar, na política educacional, nas teorias educacionais, nos valores, na ética, na estrutura oferecida e também na práxis educacional.

Há a necessidade de ampliação e afirmação do compromisso com a educação inclusiva promovendo atitudes proativas das famílias, alunos, professores e da comunidade escolar em geral; superando obstáculos da ignorância, do medo e do preconceito. Para tanto, se faz necessário divulgar os serviços e recursos

educacionais existentes, as experiências bem-sucedidas e estimular o trabalho de apoio voluntário.

É importante também que se sucedam ações de amplo alcance como por exemplo nas áreas administrativa, técnica e financeira dos sistemas educacionais e a melhoria das condições de trabalho docente.

Oferecer uma escola de qualidade, implica estar conectado com o desenvolvimento profissional dos envolvidos neste contexto. Traçar novos caminhos rumo a promoção social e educacional para todos.

Através do diálogo imposto entre a inclusão e os demais diversos profissionais e organizações estabelece-se um aprendizado para a manutenção do constante ir e vir no contexto escolar dos alunos, professores, especialistas e profissionais da área de saúde.

4.1 CARACTERÍSTICAS E ESTRATÉGIAS DAS ESCOLAS INCLUSIVAS

A trajetória da educação inclusiva é relativamente nova, em torno de 1960, algumas questões referentes começaram a ser apontadas. A trajetória das políticas públicas para esta área, em nosso País, constitui de certa forma um “status secundário”, caminhando lentamente em direção à proposta inclusiva.

“Nas leis 4.024/61 e 5.692/71 não era dada a importância necessária para essa modalidade educacional: no ano de 1961, destacava-se o descompromisso do ensino público, já no ano de 1971 apenas indicava um tratamento especial a ser regulamentado pelos Conselhos de Educação-processo que se estendeu ao logo daquela década. É certo que o registro legal, por si, não assegura direitos, especialmente numa realidade em que a educação geral, reproduzindo, talvez, a pequena importância que se concebe às pessoas com necessidades especiais – ao menos àquelas denominadas deficientes em nossas políticas sociais”. (FERREIRA, 1998, p. 17).

A partir das últimas décadas a Educação Especial brasileira vem crescendo em relação a educação geral. Vários documentos apontam os direitos dos portadores de necessidades especiais, de forma a buscar ações concretas e planejadas para a reflexão e análise da inclusão deste aluno na escola regular.

Na escola inclusiva devemos valorizar a diversidade, com a convicção de que as diferenças fortaleçam a turma e oferecer aos envolvidos, maiores oportunidades para a aprendizagem e o saber. Para que isso aconteça, nos baseamos em alguns princípios como aceitação das diferenças individuais de cada um, educação como direito de todos, igualdade de oportunidades, convívio social, cidadania.

Desta forma podemos afirmar que uma sociedade inclusiva é aberta a todos, reconhecendo o potencial de cada um, estimulando a participação e apreciando as diferenças e experiências de cada um.

Piaget, descreve o desenvolvimento da criança através do equilíbrio adquirido nas diversas fases da vida:

“[...] o desenvolvimento mental é uma construção contínua, comparável à edificação de um grande prédio que, à medida que se acrescenta algo ficará mais sólido, ou à montagem de um mecanismo delicado, cujas fases gradativas de ajustamento conduziriam a uma flexibilidade e uma mobilidade das peças tanto maiores quanto mais estável se tornasse o equilíbrio.” (1999, p.13-14).

Ser uma escola inclusiva significa levar o aprendizado a todos os alunos em salas de aula, oferecendo a educação, ofertando as mesmas aulas a todos, e dando oportunidades educacionais adequadas a cada um. Além disso, a escola inclusiva é o local onde todos fazem parte, onde existe a aceitação do outro e cooperação entre os envolvidos. Para garantir a inclusão na escola, as características devem ser conhecidas, respeitadas, e exercitadas diariamente por todos.

Além disso, a escola inclusiva necessita da adaptação de materiais e de estratégias que visem a participação efetivos alunos no processo da aprendizagem. São adaptações de pequeno e grande porte de responsabilidade dos professores e das instâncias político-administrativas superiores.

A participação deve ser consciente por parte de todos os atores envolvidos e a mudança cultural se faz necessária para alcançar o objetivo inclusivo.

A construção deste modelo de escola implica na transformação do contexto educacional, transformando ideias, atitudes e prática das relações sociais nos âmbitos políticos, administrativos e didático-pedagógico.

5 SALA DE AULA, EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE HUMANA

A sala de aula não é apenas um espaço geográfico dentro da escola, mas sim um ambiente em constante movimento e diversificado, onde o processo de ensino aprendizagem deve ser valorizado. Neste espaço, muitos fatos e ações ocorrem de forma simultânea. É necessário levar em consideração os processos em diferentes níveis para melhor compreender as diferentes formas aprendizagens pelos alunos e o que e como os professores ensinam.

Segundo Freire (1996) é preciso, saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas sim criar possibilidades para a sua produção e construção.

Antes de ensinar o professor precisa saber organizar e implantar um esquema geral de funcionamento da turma, conhecer aos próprios alunos, estabelecer a estrutura ideal de organização do espaço, do tempo, dos recursos, das atividades, sequências e encadeamentos de rotinas.

A situação do ensino-aprendizagem é complexa, imprevisível e sujeita à pressão do tempo. Muitas vezes é necessário análise e reflexão dos professores e gestores. Quando o professor é um bom gestor de aula, as atividades decorrem sem sobressaltos, os alunos concentram-se mais no trabalho e a aprendizagem acontece. O professor pode criar todos os dias, com base nas rotinas torna-se mais livre e disponível para os alunos, para o acompanhamento escolar e apoio à aprendizagem.

Freire (1996) propõe indicar as exigências dos processos de ensino. Fala em ensinar com o olhar crítico e sobre a prática, rumo a novos desafios, instigando a curiosidade na busca de fundamentos científicos para o ensino-aprendizagem.

A aprendizagem é considerada um processo contínuo, onde o ser humano desde do seu desenvolvimento uterino, começa a aprender e permanece durante toda a vida caminhando rumo ao crescimento, do seu desenvolvimento pessoal e social em uma constante organização de conhecimentos.

De acordo com Piletti (1986) a educação abrange dois aspectos fundamentais. O primeiro aspecto seria compreender o aluno dentro das suas necessidades, características individuais e no seu desenvolvimento. O segundo é saber como se dá a aprendizagem do aluno, como pode aprender de maneira mais eficaz.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994):

“Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades”.

Os conhecimentos construídos em sala de aula e baseados em princípios universais, muitas vezes, opostos ao nosso cotidiano, se fundamentam em hipóteses que aparentemente contradizem a experiência imediata do professor. Abre-se uma lacuna entre a previsão feita e o que realmente acontece na sua prática diária de sala de aula. É necessário que o professor tenha uma visão crítica e apurada, com ações dirigidas e específicas, que o leve a mudanças estratégicas na sua prática, de forma a atingir os seus objetivos de aprendizagem.

6 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Brasil, ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, proclamada em 1990 em Jotien, na Tailândia, e com os postulados da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em 1994 em Salamanca, na Espanha, optou pela construção de um sistema educacional inclusivo.

Educação inclusiva refere-se ao processo de inclusão dos alunos com deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os níveis, da pré-escola ao ensino superior (BRASIL, 1998).

Constitui-se como uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços educacionais em escolas regulares. Realiza-se transversalmente em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, para assegurar a esses alunos, as condições ao acesso à escola, nela permanecendo, assim como o desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

Este processo visto como direito fundamental e a base para uma sociedade mais justa, se preocupa em atender todas pessoas a despeito de suas características. Desvantagens ou dificuldades em habilitar todas as escolas para atendimento de sua comunidade, concentrando-se naqueles alunos que têm sido mais excluídos das oportunidades educacionais.

Ainda que o acesso de todos os alunos à escola seja garantido por lei, o sistema educacional tem recebido muitas críticas devido a sua incapacidade de promoção ao acesso, até mesmo aos saberes que compõe o currículo comum do ensino escolar, quanto mais para atender às necessidades especiais dos alunos inseridos neste contexto escolar.

6.1 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Alguns termos legais orientam as políticas públicas a respeito da inclusão escolar, como foi dito anteriormente, legislação sobre a Educação Inclusiva vem avançado desde a última década e modificando-se constantemente:

Abaixo alguns dos referidos documentos para análise e reflexão sobre as principais contribuições de âmbito educacional.

_ **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)** - assegura a todos portadores de necessidades especiais os mesmos direitos de qualquer cidadão, no que diz respeito ao direito de liberdade, vida digna, educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na comunidade.

_ **Declaração de Jomtien (1990)** - Ao assinar esta declaração o Brasil assumiu o compromisso mundial de erradicação do analfabetismo e da universalização do ensino fundamental no país.

_ **Declaração de Salamanca (1994)** – Construída na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em relação ao acesso e qualidade, objetivando a atenção educacional aos alunos com necessidades especiais. Esta declaração foi o marco na organização política dos países envolvidos com a proposta.

_ **Convenção de Guatemala (1999)** – esta convenção teve como foco principal a extinção da discriminação contra as pessoas portadoras de necessidades especiais.

É indiscutível a importância da Declaração de Salamanca, no que diz respeito a construção do movimento mundial visando a inclusão social das pessoas com necessidades especiais e suas ações a respeito.

6.1.1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

No que diz respeito às políticas públicas desenvolvidas no Brasil, em relação ao processo de inclusão, destacam-se:

- **Constituição da República Federativa do Brasil – (CF, 1988, p.11)** assegura a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos do povo brasileiro.

- **Estatuto da Criança e Adolescente (ECA 8.069/90)** que prevê o direito a educação, o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para cidadania e qualificação para o trabalho. Além de assegurar igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito por respeito, acesso à escola pública gratuita mais próxima de sua residência e gratuita.

Outro documento de extrema importância é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, construída após os movimentos mundiais em relação à inclusão.

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB 9.394/96)** – esta lei reserva um capítulo (V) exclusivo à educação especial. Reafirma o direito à educação, pública e gratuita. Este documento é o mais recente norteador da educação inclusiva, o qual objetiva “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação”.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva vem reforçar todos os documentos nacionais e internacionais, direcionando para a concreta e verdadeira inclusão escolar desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

6.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Dentre os vários aspectos importantes na construção da educação inclusiva, exige-se a discussão da gestão escolar, aprimoramento profissional e o currículo como fatores de mudança para atender à alunos, buscando gerar respostas aos desafios da escola de qualidade.

A escola inclusiva respeita as diferenças de cada um, encontra respostas educativas às necessidades especiais, sem deixar de atender aos demais alunos. Tornando-se uma escola acolhedora, sem distinção alguma, superando a exclusão.

Para tanto, se faz necessário a promoção de algumas modificações na dinâmica escolar, nas dimensões organizativas e no desenvolvimento profissional e curricular.

A inclusão escolar tornou-se necessária e urgente, determinando as reformulações das instituições educacionais na Escola para Todos, tendo como orientação a inclusão de todo o aluno, em contexto educacional e comunitário.

A escola inclusiva tem como princípio fundamental a aprendizagem em conjunto, independente das dificuldades e diferenças que possam ter. A importância da inclusão torna-se ainda mais necessária durante a Educação Infantil, porque é nesta fase que as oportunidades favorecerão o desenvolvimento integral da criança, onde se apresenta um espaço coletivo, de cuidado, educação e socialização.

Para Vygotsky (1995) a criança com deficiência, embora apresente algum tipo de deficiência, vai através das suas interações sociais desencadeando todas as suas necessidades desenvolvendo as suas compensações.

A instituição educacional que aposta na inclusão deve ter o compromisso de proporcionar situações diárias de rotina onde estejam pautados o respeito, amor, cidadania, o cuidar de si e do outro, a aceitação, o companheirismo e demais valores necessários na formação do ser social. E para que isso aconteça, a escola deve conhecer as particularidades das crianças e adolescentes para então, incluí-los com uma intencionalidade educacional.

Compete a escola desenvolver capacidades e levar a apropriação da cultura, para que os alunos possam ser inseridos na sociedade. As regras de funcionamento da escola influenciam a experiência dos alunos e as possibilidades de ensino, adotada pelos professores.

De acordo com o Ministério da Educação, a direção da escola tem papel fundamental na conduta da prática pedagógica, alicerçada nos princípios, objetivos e metas estabelecidos no projeto político-pedagógico.

Outro fator chave para a escola inclusiva é fato da formação continuada dos professores e profissionais envolvidos no contexto escolar.

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino**[...]. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso por constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. ” (Freire, 1996,p.16).

A Declaração de Salamanca esclarece que “ a preparação adequada de todos os profissionais de educação é [...]um dos fatores chaves para propiciar a mudança”.

A escola inclusiva necessita de profissionais qualificados e prontos a planejar e tomar decisões, fazer reflexões sobre sua prática pedagógica, e oferecer respostas adequadas a todos os envolvidos.

A sala de aula é um espaço em movimento e muito complexo, onde o professor e aluno interagem na busca constante de articulação de conhecimento, gestão de organização do tempo, confrontando valores, construindo normas e regras.

Conceituar Necessidades Educacionais Especiais – NEE, não é tarefa fácil, mas dentro da legislação vigente no país desde 2011, incluímos neste grupo todos aqueles que possuem algum tipo de deficiência, pessoas com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades/ superdotação e com algum tipo de síndrome.

[...]considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/ superdotação, demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse”. Disponível em: <peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

Por muito tempo se rotulou e generalizou as necessidades especiais, como deficiências.

Durante longos anos a deficiência de forma geral foi resolvida pelo método qualitativo, ou seja, através de métodos psicológicos investigativos chegava-se a “quantidade” de inteligência e de insuficiência da criança, além da noção do seu desenvolvimento. Esta visão sobre a deficiência encontra-se ultrapassada na área de educação.

Neste sentido passou-se a ver a criança com necessidades educacionais especiais como ser humano em desenvolvimento, com características específicas de cada um. Esta criança tem seu tempo, sua maneira específica de desenvolvimento.

“Não é importante saber só qual a doença tem a pessoa, mas também que pessoas tem a doença. O mesmo é possível com relação a deficiência. É importante conhecer não só o defeito que tem afetado a criança, mas que criança tem tal defeito”. (Vygotsky, 1995, p.104).

Observar a criança é crucial para o seu desenvolvimento, englobando a reação infantil na expectativa com o outro, nas relações de respeito e amizade, na percepção do outro em relação à sua necessidade educacional especial.

6.3 DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A sala de aula está em constante movimento, complexa e interativa, sempre buscando articular os conhecimentos, a gestão de organização do tempo, confrontar os valores e a construção de normas e regras. Neste processo, a individualidade de cada integrante do grupo busca o diálogo com a relação da necessidade do respeito a diversidade.

A escola inclusiva deve proporcionar aos seus professores e demais profissionais envolvidos no contexto escolar, suporte técnico-científico para a reflexão diária da prática pedagógica, através da formação continuada.

De acordo com a Declaração de Salamanca a preparação adequada de todos os profissionais envolvidos é um dos fatores-chaves para propiciar a mudança na educação.

A formação continuada contribui com a teoria, no que diz respeito ao saber, a capacidade crítica e reflexiva, na condição do saber fazer.

Nóvoa (2002) defende que a formação contínua deve basear-se na prática e sobre a prática. A formação continuada dos profissionais envolvidos no contexto inclusivo contribui no desenvolvimento profissional, desenvolvimento do pensamento autônomo, na autoformação participativa e na organização escolar, acolhendo novos processos, articulados com o projeto da escola. Com este suporte, evita-se que o profissional, busque soluções de forma solitária, pessoal e particular.

Estes suportes devem ser oferecidos pela Coordenação Pedagógica atuante no cotidiano escolar, contemplando os conteúdos curriculares, métodos de ensino, recursos didático-pedagógicos e estimulando a criatividade de cada profissional.

A escola de qualidade, deve estar em consonância com o desenvolvimento profissional de todos os envolvidos neste contexto. Esse aperfeiçoamento é visto como um dos principais componentes para a mudança educacional, rompendo com os paradigmas estabelecidos no sistema educacional vigente, apontando novos caminhos, novas ideias, novos conceitos educacionais, levando a promoção, a autonomia social e educacional de todos os alunos.

7 GESTÃO EDUCACIONAL

A gestão escolar tem passado por desafios e mudanças oriundos das exigências da sociedade por uma educação básica de qualidade, do avanço do conhecimento sobre a aprendizagem, de novas políticas educacionais e avanço dos conhecimentos sobre a gestão da escola.

Já faz algum tempo que a preocupação com a qualidade dos serviços tem sido clara. Mas apesar da qualidade da educação ter se tornado um objetivo nacional, as definições muitas vezes não são claras. As tentativas de melhorias da qualidade levantam dúvidas e geram perguntas sobre os objetivos a atingir na sociedade. Ainda temos muito do conceito de qualidade herdado dos setores de manufatura dos séculos XIX e início do século XX.

O serviço em educação tornou-se convicto da linguagem e pleno em conceitos de qualidade. Muitos têm lutado para a criação de novos mecanismos e processos, de forma a melhorar e fornecer meios aos envolvidos com a educação.

O maior desafio das escolas é aumentar a participação da comunidade escolar e aumentar os resultados dos alunos. Para tanto, planejamento e estratégia são pontos fundamentais de um gestor educacional.

Conforme Lück:

“[...] Em decorrência, podemos afirmar que vivemos em uma condição de transição, idealizamos perspectivas diferentes, mais abertas, orientadas pelo novo paradigma e, no entanto, vemos a falta de correspondência entre ideias e a realidade, que será superada apenas e na medida do esforço para sua implementação.” (2013, p.39).

A maioria das escolas, reconhecem que a qualidade é essencial para a sobrevivência e prosperidade das instituições.

Aos gestores educacionais cabem tarefas centrais como o desenvolvimento e a manutenção da qualidade em processos e resultados, a maneira de utilizar os recursos efetivamente e o estabelecimento de uma visão geral estratégica e de um direcionamento para a instituição.

Organizar a escola para um ensino eficiente e de aprendizagem faz parte das tarefas do gestor, utilizando os profissionais disponíveis, o tempo e o espaço da escola. Este trabalho envolve agrupar os alunos de várias maneiras, tentando formar

grupos homogêneos ou mistos. Além é claro, do uso da informática com programas específicos para aprendizagem. Os gestores devem planejar o uso do tempo de forma que apresente um programa para o ano escolar, onde utilize as habilidades dos profissionais e alunos, os espaços e recursos de forma vantajosa.

“A atividade administrativa é uma atividade grupal. As situações simples, nas quais um homem executa e planeja o seu próprio trabalho, lhes são familiares; porém a medida que essa tarefa se expande até o ponto em que faz necessário o esforço de numerosas pessoas para levá-la a cabo, a simplicidade desaparece, tornando necessário desenvolver processos especiais para aplicação do esforço organizado em proveito da tarefa do grupo”. (CHIAVENATO, 1979, p.179, v.2).

O currículo nacional, a declaração de metas da escola e o aluno individualmente, são pontos iniciais para o processo educacional. Cada aluno chega a escola com a sua própria vivência, experiências, habilidades e interesses. É necessário que se faça um trabalho pedagógico de forma a atingir todos os alunos de forma ampla e objetiva.

A estrutura de pessoal projetada eventualmente pelo diretor escolar, tem como objetivo atingir vários aspectos das tarefas de gestão. A organização da estrutura também faz parte do sistema de comunicação, ela está diretamente relacionada ao modelo de divisão em unidades de aprendizagem, para efetiva troca de conhecimentos e novas experiências profissionais.

Toda a escola, seja ela, pública ou privada, precisa ter uma política global oportunizando a todos os alunos, independente das diferenças que venham a existir. Não se fala aqui somente em uma oportunidade para meninos e meninas de diferentes raças, classes sociais, habilidades, mas para todos os envolvidos. O trabalho baseado em oportunidades iguais aplica-se não apenas aos trabalhos em sala de aula, como também, ao funcionamento da escola no todo.

A tarefa da escola é educar o sujeito para que ele assuma o seu lugar na sociedade plural, tentando produzir pessoas que valorizem o pluralismo e apreciem sua riqueza. Da mesma forma, se faz necessário que os sistemas de ensino constituam e façam valer o Setor de Educação Especial buscando através de recursos financeiros sustentação ao processo da construção da educação inclusiva escolar.

Os gestores assumem um papel de ampliação de limites, são responsáveis por guiar as escolas para um equilíbrio adequado do ambiente. Podem administrar e controlar muitas situações de impacto como por exemplo: os recursos, as decisões e as relações institucionais. Somente através da liderança ativa as escolas poderão adaptar-se o suficiente para prosperarem em ambientes dinâmicos e emergentes.

7.1 GESTORES, OLHAR INOVADOR – INTERFACE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A escola está em movimento e em constantes mudanças se adaptando ao mundo globalizado do conhecimento, passando por diversos processos de transformação social que afetam direta e indiretamente a sua organização. A sociedade vive a transição para a era da informação e da tecnologia, revitalizando e elaborando novos valores que perpassam pelos bancos escolares.

Vivemos uma fase de transformações, cabendo a escola a função de contribuir para que sejam desenvolvidas nos alunos, capacidades do sujeito e à construção de pensamento crítico e criação. As funções da escola estão voltadas a oferecer uma educação com a valorização da nossa herança cultural e a da reconstrução do saber acumulado pela humanidade.

E fundamentada nestas mudanças pelas quais, o mundo globalizado passa, está a questão da educação inclusiva. A lógica da exclusão, é a lógica instituída na educação, cabe a coordenação pedagógica escolar, instituir uma ação evidente, na atuação dos professores, na construção de práticas que atenda à diversidade, seja cultural, étnica, de gênero, socioeconômica, psicológica ou físico-sensorial.

Cabe o resgate da educação através da formação, da mobilização e da construção coletiva da consciência crítica e participativa dos sujeitos envolvidos, conscientes dos seus direitos e deveres, para que se tornem autores do seu próprio desenvolvimento, enquanto ser social.

A proposta da inclusão nas escolas regulares requer a superação de práticas excludentes, quebra de atitudes, acessibilidade e a superação do ensino baseado na transmissão. A educação hoje tem um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais.

Devemos ainda considerar que há limites entre a proposta coletiva dos setores de educação e uma ação impositiva onde não se considera o tempo, características peculiares de cada equipe e sujeitos, uma vez que sabemos que, a proposta da Educação Inclusiva pressupõe sensibilização, adaptação, amadurecimento e adesão efetiva de todos os envolvidos.

O convívio escolar permite a efetivação das relações de respeito, identidade e dignidade. Assim, é sensato pensar que as regras que organizam a convivência social de forma justa, respeitosa, solidária têm grandes chances de aí serem seguidas.

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, mas encontra ainda sérias resistências. Principalmente, contra a ideia de que todos devem ter acesso à escola comum.

Para responder aos desafios que se apresentam, é necessário que os sistemas de ensino constituam e façam funcionar um setor responsável pela Educação Especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

É imprescindível planejar a existência de um canal oficial e formal de comunicação, de estudo, de tomada de decisões e de coordenação dos processos referentes às mudanças na estruturação dos serviços, na gestão e na prática pedagógica para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Para o atendimento dos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionadas a autorização da construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos.

“Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Com relação ao processo educativo de alunos que apresentam condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, deve ser garantida a acessibilidade aos conteúdos curriculares através da utilização do sistema braile, da língua de sinais e de demais linguagens e códigos aplicáveis, sem prejuízo de aprendizado da língua portuguesa, facultando-se aos surdos e a suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada. Para assegurar a acessibilidade, os sistemas de ensino devem prover as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

Além disso deve ser firmado e ampliado o compromisso político com a educação inclusiva por meio de estratégias de comunicação e de atividades comunitárias, entre outras.

Os princípios gerais da Educação Especial foram, definidas pela LDB tendo como eixo norteador a elaboração do projeto político pedagógico, que incorpora essa modalidade de educação escolar articulada com a família e a comunidade. Esse projeto, fruto da participação dos diferentes atores da comunidade escolar, deve incorporar a atenção da qualidade à adversidade dos alunos em suas necessidades educacionais comuns e especiais, como um vetor da estrutura, funcionamento e prática pedagógica da escola.

Operacionalizar a inclusão escolar de modo que todos os alunos, independente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, para que todos juntos, possam receber atendimento em uma escola de qualidade. É o grande desafio a ser enfrentado, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

Com o processo constante da globalização e os novos olhares para a educação, esta mentalidade vem sendo disseminada entre os setores da educação. Existe a crescente constatação de que estas pessoas devem ter acesso à mesma escola, em salas de aula regulares como qualquer aluno. Para que isso ocorra com qualidade é necessário garantir às pessoas portadoras de necessidades especiais direitos de igualdade, ao mesmo tempo que se torna uma maneira de contribuição para a melhoria do ensino em geral.

A nossa Constituição garante às pessoas com deficiência, o atendimento educacional especializado (art.208, III, CF). Este atendimento deve ser especializado, não excluindo as pessoas com deficiência dos demais princípios e

garantias relativos à educação, sendo este o instrumento que leva a concretização do direito à educação.

A escola inclusiva necessita de gestores, professores e demais profissionais qualificados e capazes de planejar e tomar decisões, refletir sobre a sua prática diária e trabalhar em parceria com demais profissionais de áreas afins, para oferecer respostas adequadas a todos os envolvidos no processo. Deve respeitar as diferenças individuais de cada criança, jovem ou adulto, encontrando respostas educativas às necessidades especiais e aos demais alunos, acolhendo a todos sem distinção.

A escola com essa pretensão deve proporcionar a todos os seus profissionais formação continuada e suporte técnico-científico para reflexão sobre a prática educacional cotidiana. Segundo a Declaração de Salamanca (1994) esclarece que a preparação adequada de todos os profissionais de educação é o um dos fatores-chave para esta mudança.

7.2 A GESTÃO COM OLHAR INCLUSIVO – CURRÍCULO E ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Atualmente as escolas têm passado por dilemas que fazem parte dos debates em torno dos desafios da inclusão em todas as esferas sociais, pois valorizar as diferenças individuais, é valorizar o ser humano nas suas diferenças nos vários aspectos que transcendem os fatores biológicos.

Segundo Lück (2013) é uma época de mudanças significativas na educação. Observa-se o desenvolvimento da consciência, deixando-se de lado o autoritarismo, a centralização, o conservadorismo, fragmentação e do dividir para a conquista, do perde-ganha já ultrapassados na condução ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconsequente, à divisão de poder, que o destrói, e ao fracasso a médio e longo prazos quando se pensa em promoção de mudanças evolutivas e ganhos de desenvolvimento.

Muitas vezes a escola debate essas questões, porém ainda, encontram-se um abismo muito grande em seus entendimentos acerca da diversidade no que diz respeito às ações, regras, ensinamentos, criando uma relação conflituosa e

heterogênea não só das pessoas com deficiência, mas de todos que têm seu direito à cidadania negado.

Um dos maiores desafios enfrentados atualmente, é aumentar a participação da comunidade escolar e os resultados dos alunos na escola. Para isso, um bom planejamento e estratégias contundentes são pontos cruciais de um gestor educacional.

A tarefa da escola é educar o sujeito para que ele assuma o seu lugar na sociedade plural em que estamos inseridos e aprecie sua riqueza.

Ainda conforme Freire (1996) como experiência especificamente humana, ensinar exige, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

Os gestores passam a assumir a ampliação de limites impostos pela organização educacional, guiam as escolas para um ambiente equilibrado e adequado a aprendizagem de fato, podendo manipular e controlar situações de impacto no controle escolar, através de recursos financeiros, decisões, relações institucionais e muito mais. Somente através de uma liderança inovadora, com olhar diferenciado para a educação e sociedade, as escolas poderão adaptar-se e prosperarem para ambientes dinâmicos, emergentes e inclusivos. Atender a diversidade no campo escolar, implica em planejamento de propostas concretas para este fim.

Com base nessa premissa, a proposta curricular inclusiva respeita as diferenças de cada aluno buscando respostas educativas às necessidades especiais sem deixar o atendimento aos demais.

Segundo Mantoan (1998, apud FERREIRA, 2003, p.118):

“ O aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adoção de princípios educacionais válidos para todos os alunos resultarão naturalmente na inclusão escolar dos portadores de deficiência. Em consequência, a Educação Especial adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos – o dos portadores de deficiência -, mas uma modalidade de ensino especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatíveis com os ideais democráticos”.

Dentro desta perspectiva a escola, através dos seus gestores, não pode simplesmente encaixar um novo projeto. As ações devem estar previstas e

respaldadas no projeto escolar, não por meio de currículo, mas sim pela adaptação do já existente. Essas adaptações constituem em um procedimento gradativo, promovido no planejamento escolar e pedagógico, proporcionando a ajuda, recursos e medidas especiais ou de caráter diferentes, habilitando os alunos acompanharem os mesmos conteúdos, porém de maneiras diferentes. Centrando-se na interação entre as necessidades dos alunos e as respostas de aprendizagem a ser propiciadas.

A escolarização na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, transforma o currículo escolar em um constante processo de revisão e adequação. Os métodos, técnicas, recursos educacionais e organizações específicas da práxis pedagógica, tornam-se permeados pelos conteúdos.

Todo o currículo deve ser funcional, buscando meios para favorecimento e desenvolvimento de competências sociais deve também promover o acesso ao saber, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade escolar e a inclusão do aluno na sociedade.

As adaptações curriculares podem ser de grande ou pequeno porte, diferenciando-se apenas pela instância que por elas é responsável.

Adaptações de grande porte ou significativas são ajustes implantados no sistema educacional para acolhimento a todos, que competem à própria sociedade e / ou às esferas políticas, representadas pelas secretarias estaduais, municipais de Educação, pela direção das escolas e suas equipes técnicas. Estas devem ser adotadas de maneira criteriosa, especialmente as que implicam na supressão de conteúdos e eliminação de disciplinas ou de áreas curriculares complexas.

Conforme Bergamo (2009) as adaptações curriculares constituem um procedimento de ajuste gradual na promoção do planejamento escolar e pedagógico proporcionando ajuda, recursos e medidas especiais ou de caráter extraordinário diferentes dos que normalmente se necessita.

Adaptações de pequeno porte ou não significativas dizem respeito a pequenos ajustes no currículo regular, realizados pelo próprio professor através do planejamento das atividades em sala de aula. Essas adaptações podem ser implementadas em diferentes momentos, tanto na promoção do acesso ao currículo, no que se refere a objetivos, conteúdos, procedimentos didáticos, atividades e processo avaliativo, quanto na questão da temporalidade.

8 CONCLUSÃO

Trilhamos um longo caminho entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até recentemente a teoria e a prática dominante relativas ao atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, separavam essa população dos demais alunos. Ao longo deste processo, houve a necessidade da reestruturação dos sistemas de ensino, de forma a dar resposta às necessidades educacionais de todos os alunos.

Inclusão escolar não significa desconsiderar as especificidades e necessidades de cada aluno, mas preservar os direitos destes a frequentar as escolas regulares e atender às necessidades específicas para que cada um alcance seu pleno desenvolvimento.

A intensificação do processo de inclusão dos últimos anos, significa uma nova estrutura social, mudanças de concepções, determina transformações estruturais nas escolas regulares e especiais, modifica o atendimento clínico e a formação dos professores especializados. Constituí uma sociedade cada vez mais exigente, dada as transformações culturais dos últimos tempos. O atendimento de diferentes necessidades educativas dos alunos nas escolas, certamente é o desafio maior que o professor tem de enfrentar nos dias atuais.

A inclusão nos traz o desafio eminente de não só acolher o aluno com necessidades especiais, mas de garantir o acesso e a aprendizagem em todos os espaços, programas e atividades do cotidiano escolar. Assim, o atendimento educacional especializado aparece como garantia efetiva da inclusão. Todos os estudantes com necessidades especiais são estimulados a frequentar a escola regular, medida que é apoiada por grande parte dos especialistas da área. A educação é um direito de todos, independentemente da origem cultural, do credo religioso, do talento, da deficiência ou condição social do aluno.

Dentro da educação a lógica da construção da política educacional inclusiva, dá-se através da aceitação do outro e das necessidades específicas de cada um. Fazendo-se necessário o apoio de todos os envolvidos no contexto educacional, como gestores, professores, pais e alunos, profissionais de saúde e da comunidade em geral. Tornando-se necessário, o desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas, adequadas e eficazes na sala de aula, dada as especificidades únicas

de cada um, muitas vezes necessitando de atendimento mais individualizado e prioritário.

A inclusão na rede regular de ensino apresenta inúmeros desafios aos educadores e a toda comunidade escolar. Um dos grandes desafios é a lentidão, sobretudo quando se trata de práticas de sala de aula. Nem é tão fácil e nem tão simples, introduzir serviços adequados ou de apoio suplementar, bem como qualquer outra inovação significativa na área. No ambiente de sala de aula se desenvolve o processo de ensino aprendizagem, porém, precisamos ter em mente de que se trata de um ambiente plural, uma vez que está em constante movimento, abrigando um universo heterogêneo de pessoas. Neste ambiente, cada aluno torna-se único, constituído de sua identidade, determinada por seus valores, crenças, hábitos, saberes, padrões de conduta, trajetórias peculiares e possibilidades cognitivas do grupo com quem estabelece a convivência diária.

“Apesar da plena igualdade entre todos os indivíduos de uma sociedade (e muito mais entre os indivíduos das diferentes sociedades) ser uma meta só imaginável em sonho (e de alguns poucos), a conquista da igualdade de oportunidades para que cada um se desenvolva a partir de suas potencialidades deve ser perseguida pelos homens.” (Souza, 2007, p.140).

Cada indivíduo apresenta uma forma diferente no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, encontram-se diferentes ritmos de internalização do conhecimento, expressando um maior ou menor interesse e entusiasmo por determinadas áreas de conhecimento, ao mesmo tempo em que demonstram apatia e indiferença por outras. Diante dessa pluralidade escolar, faz-se necessário que o professor promova o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno nas dimensões cognitiva, social, emocional e motora, tendo em vista uma formação global do indivíduo.

Tarefa esta que, no cotidiano escolar, torna-se complexa, pois demanda de conhecimentos múltiplos e convergentes de antropologia, neurociência, linguística, sociologia, filosofia, biologia, psicologia. No entanto, diante dos constantes desafios, muitos educadores e gestores, manifestam a dificuldade em lidar com inúmeros processos que compõe a mediação entre o conhecimento, o saber, a aprendizagem e o ambiente escolar. Deixando assim de articular uma ação docente e gestora

eficaz, por desconhecimento e puro despreparo diante da realidade social na qual estão inseridos.

Por outro lado, os benefícios da inclusão são imensuráveis para todos os envolvidos no processo. Não existe uma receita que aponte um caminho certo e definitivo. A escola deve ter espaço para abrigar a diversidade e a diferença. Incluir crianças e jovens com algum tipo de deficiência não é uma tarefa fácil, mas é sim, extremamente importante e desafiadora. E não é só o professor que deve estar bem preparado, mas também os pais bem orientados e os gestores prontos para atender a demanda da comunidade. Quando se desenvolvem programas pertinentes, bem planejados e orientados, a inclusão acontece, proporcionando atitudes positivas de preparação para a convivência social, além de benefícios da socialização em todo o processo escolar.

A tarefa de inclusão prevista pelo PNE (Plano Nacional de Educação), exige investimentos, esforços dos gestores e profissionais da educação e saúde, para que se estabeleçam estratégias concretas e cotidianas com os subsídios necessários para que o conceito de inclusão transponha teoria e se transforme em ações práticas que envolvam escola e as suas comunidades. Há a crescente necessidade de revisão das direções de conduta dos nossos papéis enquanto gestores, educadores, pais e sociedade. A grande virada na educação é urgente, necessária e decisiva na direção de novos paradigmas na educação.

O atendimento das diferentes necessidades educativas dos alunos é certamente o desafio mais importante que nós profissionais de educação temos diariamente. O fato da globalização, nos traz novas exigências, novos caminhos a seguir nos sistemas educativos e aos professores, em particular.

A sala de aula não é apenas um espaço da escola, mas um ambiente constituído por diversidade humana muito valiosa, onde os processos de ensino e aprendizagem devem ser privilegiados. Neste espaço em movimento, muitos fatos ocorrem ao mesmo tempo, rapidamente e de forma imprevisível. As ações dos professores e alunos são testemunhadas pelos demais colegas e seus gestores, promovendo um nítido exemplo no decorrer das atividades pedagógicas. É necessário considerar os processos desencadeados em diferentes níveis e instâncias, para uma melhor compreensão de como os alunos aprendem e como os professores ensinam.

Isso significa que o professor, sobretudo do ensino fundamental, deve sua leitura e interpretação dos programas a partir de quadro pré-existente de organização e funcionamento da classe e de uma estrutura coerente com as atividades de ensino. As mudanças para que isso ocorra dependem muito de uma gestão comprometida, engajada nas transformações sociais e culturais. Um olhar diferenciado se faz necessário a um bom gestor, como forma de garantia de mudança, respeitando e assegurando às pessoas com deficiência, o direito de igualdade, contribuindo para a melhoria do ensino em geral.

No espaço escolar toda a comunidade é bem-vinda a contribuir com o trabalho realizado. Nele, cada pessoa faz parte como um membro valorizado, e todos os alunos e adultos apoiam uns aos outros numa aprendizagem ativa. Isso porque a educação acontece no contato com o outro, na convivência e socialização diárias, na troca de experiências e na comunicação. As potencialidades e facilidades das pessoas vão se moldando à extensão e ao crescimento de cada um.

Conforme Rodrigues (2000, p.3) educar é organizar a experiência dos indivíduos na vida cotidiana, desenvolver-lhes a personalidade e garantir-lhes a sobrevivência.

A nossa educação tem um grande desafio: garantir o acesso às habilidades e competências que o ensino deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais.

Ao longo desta trajetória, cresce a necessidade de reestruturar os sistemas de ensino, dando respostas às necessidades educacionais dos alunos.

O principal direito adquirido desta trajetória, trata da preservação da dignidade e à busca de identidade e da cidadania, de forma a abrandar uma dívida social a ser resgatada. O valor social do ensino inclusivo diz respeito a igualdade de direitos, nos reforça a prática de que as diferenças devem ser aceitas e respeitadas. A necessidade da promoção da aceitação social em nossas escolas é urgente e necessária. A promoção social se dá quando a igualdade é respeitada e há promoção como um valor social.

As escolas excludentes deixam o legado do preconceito, refletido nos sentimentos dos alunos e da sua comunidade. Muitos professores e gestores estão alienados neste processo. O desafio de levarmos a inclusão ao maior número de escolas, tem como propósito facilitar, ajustar e ajudar a aprendizagem dos nossos futuros cidadãos.

As práticas filosóficas educacionais segregadoras deixaram sua marca prejudicial nas escolas, nas pessoas com necessidades diferenciadas, se estendendo por toda a sociedade. A rejeição pela sociedade ganhou força através da ideia de que estas pessoas não tinham condições de aprendizado e convivência social, que deveriam ser levadas a ambientes segregados, fortalecendo essa rejeição e estigmas sociais.

O fim das práticas educacionais do passado proporcionará a todos os alunos com necessidades especiais uma oportunidade igualitária de educação, dentro da escola regular. Caminhar rumo à reforma educacional ampla, significa alcançar práticas cada vez mais inclusivas dentro deste processo, até agora, lento e gradual.

A expectativa deste trabalho é conhecer a trajetória da Educação Inclusiva, para que se possa fazer uma reflexão em torno de um assunto tão relevante dentro da educação brasileira. Abordar a realidade educacional do país é sempre um ponto de partida importantíssimo dentro de uma educação de qualidade.

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica documental, de caráter qualitativo como forma de coleta e análise de dados dos conteúdos.

REFERÊNCIAS

BAUTISTA, J.R. (Coord.). **Necessidades educativas especiais**. Lisboa, Portugal, Dinalivro, 1997.

BERGAMO, R.B. **Pesquisa e Prática Profissional: Educação Especial**. Curitiba, PR, 2009.

BRASIL. (1996). Ministério da Educação e do Desporto. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial. **Integração**, ano 11, n. 17, 1998.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. Lei n.8069, de 13 de Julho de 1990, e legislação correlata – Brasília, Edições Câmara, 2016.15 edição.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2007.

BUSS, R.B.P. **Gestão Escolar**- Caderno de Estudos. Indaial, SC, Uniasselvi, 2013.

CASTIGLIONI, V.L.B. **Edição Especial: Desafios da Gestão Escolar**

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo, SP, McGraw-Hill, 1979.

Constituição da República Federativa do Brasil De 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 11 dez. 2017.

Convenção de Guatemala. 1999. Disponível em: <<https://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/29>>. Acesso em 10.dez. 2017.

COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. **Declaração de Salamanca e linha de ação: sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF, CORDE, 1994.

Declaração de Jomtien. 1990. Disponível em: <https://www.faders.rs.gov.br/uploads/1192468471Declaracao_de_Jomtien.doc>. Acesso em 10 dez. 2017.

Declaração Universal Dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: Acesso <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

EGLÉR, M.T.M. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Rio de Janeiro, RJ, Editora Vozes Ltda - 3^o Edição.

FARREL, M. **Dificuldades de Aprendizagem Moderadas, Graves e Profundas**. Porto Alegre, RS, Artmed, 2008.

FERREIRA, J.R. **A Nova LDB e as necessidades educativas especiais**. In Caderno CEDES, nº46. São Paulo, SP, Cortez, 1998.

FONSECA, V. da. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre, RS, Artes Médicas, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP, Paz e Terra, 1996.

LÜCK, E. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9.ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013. Série: Cadernos de Gestão.

MACHADO, R. **Educação Especial na Escola Inclusiva – Políticas, Paradigmas e Práticas**. São Paulo, Cortez Editora.

MANTOAN, M. T. E. **Ensino Exclusivo / educação (de qualidade) para todos**. Revista Integração, nº 20, 1998.

_____. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Tradução de Windz Brazão Ferreira. Porto Alegre, RS. Artmed, 2003.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e Trabalho Pedagógico**. Lisboa, Portugal. Educa, 2002.

PARO, V.H. **Administração Escolar: introdução crítica**. 8. ed. São Paulo, SP. Cortez, 1999.

PENIN, S.T.S. **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?**. Módulo I. Brasília, CONSED- Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

PIAJET, J. **Seis Estudos da Psicologia**. Rio de Janeiro, RJ. Forence Universitária, 1999.

PILETTI, N. **Psicologia Educacional**. São Paulo, SP. Ática, 1994.

_____ et alii. **História da Educação**. 7. ed. São Paulo, SP. Ática, 2006.

PORTELA, M. **Alguém Muito Especial**. São Paulo, SP. Moderna, 1998.

RAMOS, R. **Inclusão na Prática – Estratégias Eficazes Para Educação Inclusiva**. São Paulo, Summus Editorial.

RIBEIRO, M.L.S. **Educação Especial – Do Querer ao Fazer**. São Paulo, SP, Avercamp, 2003.

RODRIGUES.A.T. **Sociologia da Educação**. São Paulo, SP, DP&A, 2000. ROSSO, L. **Educação Especial** – Projeto Reforça o Debate Sobre Inclusão de Alunos.Jornal Zero Hora, Porto Alegre, p.32, 21 de ago. 2013

ROSSO, L. **Educação Especial** – Projeto Reforça o Debate Sobre Inclusão de Alunos.Jornal Zero Hora, Porto Alegre, p.32, 21 de ago. 2013.

SASSAKI, R.K. **Terminologia Sobre Deficiência na Era da Inclusão**, 2002.

Disponível em:

acessibilidade.ufg.br/.../TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA...

Acesso em 22 de dez. 2017.

SENGE, P. **Escolas que Aprendem**: Um guia da Quinta disciplina para educadores, pais e todos os que se interessam pela educação. Porto Alegre, RS, Artmed, 2005.

SOUZA, M.M. **África e Brasil Africano**. São Paulo, SP, Ática, 2007.

VYGOTSKI, L.S. **Fundamentos da Defectologia** - Obras completas, tomo cinco.2.ed.Havana, Editorial Pueblo y Educacion, 1995.